



ENTRE LEIS E LIVROS: DESAFIOS DO ENSINO DE ARTE

Ana Luiza Marques Vasconcelos Vieira

ana.luzmvv@gmail.com

IES UFJF

Resumo

Este artigo parte de algumas leis que regulamentam o ensino de arte no Brasil para refletir sobre como os livros didáticos, as escolas e os professores as incorporam no dia a dia. O objetivo é fazer uma análise dessas questões por meio do relato da experiência da autora como professora/artista em escolas públicas. Através da análise de livros didáticos utilizados entre 2016 e 2019, pretende-se problematizar qual o lugar da arte na escola pública, levantando questões sobre interdisciplinaridade na escola, material didático, as várias interpretações de leis sobre a área e a formação de professores de Arte.

Palavras-chave: Artes Visuais. Ensino de Arte. Material didático.

Abstract

This article is based on some of the laws which regulate the teaching of art in Brazil to reflect on how textbooks, schools and teachers incorporate them into everyday life. The goal is to analyze these issues through the account of the author's experience as a teacher/artist in public schools. Through the analysis of textbooks used between 2016 and 2019, the intention is to question the place of art in public schools, raising issues about interdisciplinarity in school, teaching materials, the various interpretations of laws in the area and the training of Art teachers.

Keywords: Visual Arts. Art Teaching. Courseware.

Durante as disciplinas do curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais¹, ofertada pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, ao ler um texto chamado “Para uma história (social) da arte brasileira”, de Francisco Alambert (2015), fui tomada por algumas reflexões, em especial sobre como a construção social da arte brasileira perpassa também a construção da história do ensino da arte no Brasil. No texto, o autor trata do “não lugar” do Brasil em termos de identidade e enquanto nação. Isso me reportou para o “não lugar” do ensino da arte dentro de nossas escolas. O jogo de entra e sai Arte, ensino polivalente/ensino especializado, mudanças de leis e várias interpretações possíveis de como ter ou não essa área de conhecimento na



escola, são algumas das inquietações que atravessam o cotidiano dos professores de Arte.

A arte muitas vezes é colocada como área integradora de conteúdos na escola, responsável pela interdisciplinaridade, como salvadora, responsável por resgatar as crianças. Mas e os outros componentes curriculares, que, muitas vezes, veem a arte apenas como um meio de ensinar suas matérias? Muitas vezes a arte entra neste jogo com um papel decorativo e sem contrapartida, porque os outros componentes e seus profissionais costumam não ter uma formação mínima em arte e não saber de sua importância na construção dos sujeitos. Como, dessa maneira, é possível construir uma escola integradora de saberes?

Componentes curriculares isolados já não são mais os pilares de uma escola. A educação tradicional está se desmantelando frente às novas gerações de alunos que são hiper estimulados o tempo todo. O desinteresse é visível nos alunos e algo permanente nas falas dos professores. Há coisas mais interessantes fora da sala de aula. Principalmente nos celulares e redes sociais, onde a construção de identidades é algo superficial e está a um clique. Há ainda que se ressaltar o acesso a muita informação disponível e sem restrições, caso os pais não as imponham, ao mesmo tempo em que as crianças não têm formação suficiente para lidar com tudo isso.

Muitas vezes, na correria do dia-a-dia de uma escola, perdemos o tato e a noção dessa situação. O tempo curto das aulas de 45 a 50 minutos, salas cheias, os planos de ensino para cumprir, as apostilas para liquidar, as reuniões, os módulos, os prazos, avaliações, projetos, entre outros. Em meio isso, às vezes, deixamos de colocar o foco nos estudantes. Preparamos os estudantes para um determinado sistema de ensino, tipos de avaliação, instituições; ou seja, para o futuro e não para o agora. Perdemos o ser humano e as possibilidades de estabelecer “ações transformadoras”, reproduzindo modelos metodológicos para modelos de pessoas, tentando assim, encaixar esses estudantes em uma “proporção áurea”, dentro do “retângulo de ouro” da sociedade.



Lygia Clark, segundo Alambert (2015), pensava o artista como “propositor de uma ação transformadora” e também é assim que penso o papel de docente: o professor como autor de suas próprias ideias, propositor, mediador de processos e construtor de conhecimentos. E, para isso acontecer, é preciso ter autonomia, experimentar. “E experimentar, aqui, não significa sair do limite, mas sair com o limite, criar e ampliar com ele possibilidades de alterações: ações outras no modo dos fazeres de professora/professor.” (MARTINS e PICOSQUE, 2007) Nesse contexto, o estudante deve ser percebido como eixo central da ação educacional, sem o qual o papel do professor perde significado.

Contudo, percebo que há um engessamento do ensino, empregado de forma sutil e aos poucos. Algumas ferramentas de diferentes ordens podem acelerar isso quando aplicadas de forma arbitrária. Discorrerei ao longo deste artigo sobre estas ferramentas, em meu relato de experiência como professora de Arte em duas escolas públicas, para discutir qual o lugar da arte no espaço escolar e o lugar do livro didático nas aulas de Arte. Optei por omitir os nomes das escolas, que aqui serão identificadas como Escola Verde e Escola Cinza.

Desenvolvimento

Foi uma conquista a arte ser reconhecida como área de conhecimento e ter licenciaturas específicas em Artes Visuais, Dança, Música e Teatro no ensino superior, deixando para trás os cursos de Educação Artística, que estavam atrelados a práticas polivalentes de ensino das artes na sala de aula. Será que para atender ao novo documento de referência da educação brasileira, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018), haverá um retrocesso?

Foi através da leitura de editais de concursos entre os anos de 2014 e 2019, para professor de Arte em distintas instituições públicas, que percebi o quanto esta área de conhecimento ainda é negligenciada no Brasil. Mesmo cobrando como conteúdo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, a Proposta Curricular de Arte (2005) e, agora, a BNCC era possível perceber a polivalência em editais e avaliações que cobravam conteúdos específicos de Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, para todos os candidatos, independentemente de sua



formação. Posteriormente, isso ficou visível também nas escolas onde atuei e nos materiais didáticos adotados por elas.

O material didático

Ao refletir sobre a definição de material didático, e separadamente sobre as palavras “material” e “didático”, pensei: Antes do material didático instruir e facilitar a aprendizagem, ele precisa ser atrativo, despertar o interesse. Cito aqui o seguinte verbete encontrado no Dicionário Houaiss online, para a palavra didático: “4. Que proporciona instrução e informação, assim como prazer e divertimento”ⁱⁱ, uma definição que já amplia o conceito de material didático. Isto porque, na maioria das vezes, uma atividade didática ou o próprio material costumam ser sinônimos de monotonia, regras, algo a seguir, sem muitas aberturas. Ao evocar prazer e divertimento, ele assume uma instância além do físico, do palpável, atingindo o estado de ativador para experimentação e fruição. Pode assumir, assim, uma função sensorial, indo ao encontro de uma das definições da própria palavra “material”: “5. Relativo ao corpo humano; carnal, físico” (HOUAISS) e, a partir desse contato físico, se tornar algo material e/ou imaterial.

O verbete “13.1. Conjunto de objetos, petrechos ou instrumentos indispensáveis ao desempenho de **atividades rigorosamente determinadas**”, para definição da palavra material, me traz outra reflexão, especialmente sobre trecho destacado. Penso que o rigor está presente apenas no momento da elaboração do material, porque na arte é preciso estar aberto a possíveis mudanças de rota, tanto na execução quanto na utilização daquilo que foi criado, pois nem sempre os alunos vão experimentá-lo da mesma forma. Então, tratando de material didático para o ensino de arte, não se pode focar em uma única rota e resultado. É preciso valorizar o processo e a experiência.

Quando eu cursava Artes Visuais, na EBA/UFMG, em uma disciplina chamada Laboratório de Material Didático com o professor Geraldo Freire Loyola, descobri formas distintas de se elaborar materiais didáticos e me vi capaz de fazer isso para além do livro. Ali, a investigação e poética artísticas dos sujeitos se fundiam



ao processo de ensino/aprendizado para a criação de algo visando a experimentação e fruição. Percebi isso como um exercício sensível de se colocar no lugar do outro, pensando nas distintas vivências, limitações, interesses etc. Para contemplar a diversidade de pessoas e as mudanças nas áreas de conhecimento e sociedade, o material didático está em constante mudança. Apesar do meu encantamento com as possibilidades de se construir materiais didáticos diversos para o ensino de Arte, não houve forma de escapar do livro didático, devido às especificidades de meu cotidiano, como a atuação em duas escolas, duas cidades, cursos de formação continuada e outras situações que tratarei adiante.

O livro didático

Nas escolas existem livros didáticos de Arte para os professores utilizarem em sala de aula. No caso das escolas públicas é um direito do professor escolher o livro didático a ser utilizado em seu componente curricular. Porém, às vezes quem faz essa escolha, de forma arbitrária, é a gestão da escola, optando pelo livro que bem entender. E quando eles chegam, em alguns casos, não são distribuídos, porque não há exemplares suficientes para todos os alunos ou são distribuídos para apenas alguns anos escolares. Essas são situações que me foram relatadas informalmente por professores de diferentes escolas e sobre situações que também foram vivenciadas por mim.

Diante disso, o professor não pode depender só do livro para sua aula. Às vezes ele traz apenas uma cronologia da história da arte e, mesmo assim, incompleta e na perspectiva ocidental, europeia e masculina. Conversando com uma professora de uma escola estadual, antes de iniciar minha caminhada na Educação, ela me disse que utilizava o livro como uma base para algumas aulas e completava seu planejamento com pesquisas em outras fontes, como na web. Porém, não o utilizava em sala de aula pelo fato de não ter para todos os alunos, e que, mesmo quando tinha, eles não levavam para a escola, para não carregar peso e fazer duplas.



Em minha prática como professora, trabalhei em duas escolas públicas com alunos e realidades bem distintas, sendo que ao longo do texto vou chamá-las de Escola Cinza e Escola Verde. Participei de duas escolhas de livros didáticos da rede estadual nas duas escolas, para o Ensino Fundamental - Anos finais e Ensino Médio. Focarei aqui nos livros de Ensino Fundamental, de 6º ao 9º anos, escolhidos através do Programa Nacional do Livro Didático e seu Guia Digital – PNLD 2017, consolidado pelo Decreto nº 7.084 de 27/01/2010. A escolha foi entre os livros didáticos “Projeto Mosaico” (2015) da editora Scipione e “Por Toda Parte” (2015) da editora FTD. É importante destacar que essa foi a primeira vez em que o programa incluiu o componente curricular Arte dentre os já contemplados (Ciências, História, Geografia, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna e Matemática) pelo PNLD para o Ensino Fundamental - Anos finais. Até então só havia livros de Arte no PNLD para o Ensino Médio. Esse foi mais um espaço conquistado pela Arte na educação escolar.

Os dois livros abrangem as diversas artes: Artes Visuais, Artes Audiovisuais, Dança, Música e Teatro, mas em perspectivas diferentes. O “Projeto Mosaico”, da editora Scipione, propunha um trabalho da arte de forma transdisciplinar em formato de projetos, partindo de eixos temáticos. Apesar deste formato ser algo com o qual gosto de trabalhar, os livros se dividiam em uma linguagem da arte para cada ano escolar, do 6º ao 9º. Essa divisão foi já foi suficiente para não adotar este livro, visto que minha formação é em Artes Visuais e eu lecionava para todos os anos finais. O livro escolhido foi, então, o “Por Toda Parte” da editora FTD, porque ele propunha um trabalho interdisciplinar entre as linguagens artísticas. Logo, nos livros de cada ano apareciam todas as artes, o que possibilitaria a articulação dos conteúdos em diálogo com as Artes Visuais. Além disso, o que chamou minha atenção também foi a qualidade das imagens e a possibilidade de cada aluno ter acesso a esse material. Isto porque, a meu ver, aula de Arte não deve acontecer sem imagens e os recursos de imagem que eu tinha para as aulas eram bastante distintos nas duas escolas, conforme descreverei a seguir.



Escola Verde

Na escola pública Verde, tive total autonomia para fazer o planejamento de minhas aulas. Tive como base o seguinte: a realidade da escola e a comunidade na qual estava inserida; meus conhecimentos em Artes Visuais; o Currículo Básico Comum - CBC do Estado de Minas Gerais; e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. Os recursos didáticos que a escola possuía eram uma sala de vídeo, com televisão e DVD. Eu gravava vídeos, slides e imagens em DVDs, para utilizar durante a aula. A TV não era grande o suficiente para todos os alunos enxergarem, então os mais interessados na aula corriam para se sentar nas cadeiras mais próximas à tela. Quando a sala estava agendada por outro professor, o recurso era imprimir as imagens que necessitava ou buscar livros na biblioteca da escola e em meu acervo pessoal e levá-los para passar de mão em mão entre os alunos. Quando fazia isso, era comum alguém ficar com o livro por um tempo maior observando a imagem ou fazendo um desenho de cópia da mesma, até os colegas começarem a reclamar que ainda não tinham visto o livro. Passei a levar, então, em todas as aulas um livro que eles gostaram bastante e que sempre me servia para exemplos de assuntos da história da arte: o “Tudo sobre Arte” de Stephen Farthing e Richard Cork (2011).

Quando da chegada dos livros didáticos na Escola Verde, tive a mesma dificuldade que a professora com a qual conversei anos antes: os alunos realmente não levavam os livros. Passei a utilizá-los como material de apoio para atividades e pesquisa dos alunos. Neste ano sobraram alguns livros e pedi, então, que os deixassem apenas para utilizar na escola, durante as aulas ou como material de consulta na biblioteca, sem a possibilidade de empréstimo domiciliar, já que todos os alunos já haviam recebido os seus. As aulas transcorreram de forma tranquila utilizando os livros dessa forma, tive liberdade em trabalhar as partes que achava mais interessantes dos mesmos e que tinham ligação com minha formação. Quando um assunto chamava mais a atenção dos alunos, eu o desdobrava e surgia a possibilidade de projetos, construídos junto à classe. O que era enriquecedor, pois tinha a participação efetiva dos alunos no processo ensino/aprendizagem.



Escola Cinza

No primeiro ano de trabalho na escola pública Cinza, 2016, também usei um planejamento criado por mim, adaptando à realidade ali encontrada. No ano seguinte, veio um planejamento pronto, repassado pela diretoria geral da rede desta escola, para todas as suas unidades, junto com o livro didático adotado dentro do PNLD 2017. Já em 2018, tive um planejamento engessado feito para cumprir um novo material didático adotado pela rede. Trata-se de situações bem distintas que, aos poucos, foram cerceando minha autonomia docente.

Nesta escola, todas as salas de aula possuíam um projetor digital, computador e telão. Os alunos assistiam minhas aulas com imagens em grandes formatos e eu passeava pelo telão apontando detalhes em obras de arte, fotos e vídeos. No mesmo ano de escolha do livro, recebi a notícia de que a escola adotaria o planejamento unificado para toda a sua rede de ensino. O planejamento de cada componente curricular, foi elaborado, pedindo sugestões de professores de várias unidades da rede e entregue finalizado, para início em 2017. O plano abrangia as Artes Visuais, Artes Audiovisuais, Dança, Música e Teatro. Conversei com a direção sobre o planejamento e falei da importância de se ter um profissional com formação específica em cada área da arte e que, como eu era formada em Artes Visuais, lecionaria apenas o conteúdo desta. Isto não foi aceito, com a seguinte resposta: "Vai ter que aprender".

Nessa ocasião, eu dava aulas particulares de história da arte para uma aluna chamada Karina Dutraⁱⁱⁱ, que é professora de música – formada no curso de Piano da Bituca: Universidade de Música Popular, em Minas Gerais – e propus que, em vez de ela me pagar pelas aulas, que me ensinasse notação musical. E assim foi, durante o mês de janeiro de 2017: fiz aulas de notação musical, aprendi a ler o básico de partituras, fiz uma nova amizade e, posteriormente, me inscrevi em aulas de piano com a mesma professora.

Em fevereiro de 2017, com a mudança de direção da escola e seu apoio, antes de iniciar o planejamento redigi um documento à rede alegando que era possível trabalhar alguns conteúdos das outras artes, quando estes dialogam com Artes



Visuais, mas que, o conteúdo de Música era muito específico, pois exigia o ensino de notação musical. Baseei ainda meu posicionamento alegando que o edital do concurso para a instituição não previa que o professor de Arte lecionasse todas as linguagens artísticas, citando os trechos do CBC e da proposta preliminar da Base Nacional Comum Curricular – BNCC que demonstram a necessidade de haver um professor para cada arte, apesar das possibilidades de interseção dos respectivos conteúdos da área: “Nos anos finais do Ensino Fundamental, Artes Visuais, Dança, Música e Teatro constituem as quatro linguagens da Arte, cada uma a ser ministrada pelo respectivo professor, (...) não há formação polivalente em Artes, (...)” (BNCC, 2016.p.394). Finalizei o documento com sugestões pessoais de que contratassem profissionais de cada área específica e/ou que a instituição ofertasse cursos nas distintas linguagens artísticas para os professores de Arte da rede. Ou que priorizasse o ensino da linguagem de formação do professor lotado em cada unidade. Em resposta, recebi algumas páginas digitalizadas de uma apostila de Música para utilizar nas aulas. Um total desrespeito, que acontece em muitas escolas que aproveitam brechas nas leis sobre ensino de arte no Brasil e as interpretam como convém a cada instituição, reforçando o descaso pela arte e pela cultura e pelo professor.

Assim que as aulas iniciaram, em 2017, e os alunos receberam os livros do PNLD, tive uma surpresa quando, empolgados e folheando o material, eles me perguntaram se iríamos utilizá-los e quando iríamos ver “tal coisa”, apontando para as imagens ali impressas. Eles ficaram realmente encantados com as imagens e os conteúdos. Apesar do planejamento unificado que tive de seguir, e que não foi feito com base no livro escolhido, consegui utilizá-lo em alguns momentos. O livro “Por toda parte”, o mesmo que escolhi para a escola Verde, trazia, além de nomes e imagens marcantes na história das artes, artistas contemporâneos de diferentes origens étnico-socioculturais e nomes esquecidos pela história. Foi um material que ampliou bastante nosso repertório, apesar do engessamento do planejamento específico.

Quando cheguei à parte de notação musical e figuras rítmicas, matéria contemplada no plano do 9º ano, choveram questionamentos por parte dos



alunos: “Por que temos que aprender isso?”, “A gente vai tocar algum instrumento?”, “A escola tem todos esses instrumentos para nos emprestar?” Questionamentos válidos. Eu havia aprendido durante um mês com a professora formada em Música e com o auxílio de um instrumento, o piano, o que eles deveriam ver em três aulas. O resultado foi desinteresse por parte da maioria dos alunos. Quem se atentava às aulas eram os mais curiosos e os que já tocavam algum instrumento. Acharam difícil o conteúdo e somente tiveram um melhor entendimento na parte de compassos e família de instrumentos, pois associei às fanfarras, das quais muitos participavam. Conteí ainda com a participação desses alunos, que possuíam e tocavam algum instrumento para se apresentarem ilustrando exemplos durante as aulas. Estratégias para que nem eu, nem os alunos ficássemos totalmente frustrados com esta parte do conteúdo.

Em 2018, após ajustar todo o planejamento do ano anterior, veio uma nova mudança: a rede aderiu ao material didático da editora Positivo (2018). E, desta vez, o planejamento seguia fielmente os livros, pois havia a cobrança de que se utilizasse todo o material adquirido pelos estudantes. Os livros eram de qualidade e possuíam muitas imagens, propostas de atividades artísticas e escrita, referências históricas clássicas e contemporâneas, além de atividades e conteúdos em plataformas virtuais. Um livro interessante que visava colocar o estudante como protagonista do seu processo de aprendizagem. O material contemplava as várias linguagens da arte, trazendo ainda conteúdos específicos, mas articulando um pouco mais com as Artes Visuais, a meu ver. Traziam também uma parte falando sobre sua proposta pedagógica, que atende as recomendações da BNCC, com uma concepção de ensino baseada “no trabalho com as seis dimensões do conhecimento: criação, crítica, estesia, expressão, fruição e reflexão” (KALIL, 2018). E especificavam leis sobre a obrigatoriedade do ensino da Arte no Brasil, o histórico de mudanças das mesmas e como ainda é recorrente em muitas escolas entenderem a arte como atividade recreativa de produção de trabalhos para datas comemorativas. O material possibilitava a importante construção de conhecimento em arte entre professor e estudante, levando em conta conhecimentos prévios dos discentes,



sem deixar de ampliar seu repertório, relacionando a arte ao longo da história com obras, expressões e temas contemporâneos. E abrangia também a Lei número 11.645/2008, que diz da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” em toda educação escolar brasileira.

Uma preocupação acerca deste novo material foi o fato de que ele apresentava conteúdo para duas aulas semanais de 50 minutos cada e na Escola Cinza as aulas aconteciam uma vez por semana em 45 minutos. Como cumprir todo o material? Após uma reunião com professores que trabalham para a editora, eles viram qual era a realidade das aulas de Arte nesta escola, buscaram estratégias e deram dicas de como escolher partes do livro para lecionar os conteúdos essenciais e não sair perdendo com o tempo reduzido. O livro ainda apresentava muitas propostas de atividades práticas, mas também era preciso adaptá-las ao tempo e espaço, portanto eu não realizava todas. E assim foi durante aquele ano. Porém, o planejamento com dias fechados para cumprir o livro, não me possibilitava desdobrar em mais aulas um conteúdo que despertava maior interesse nos alunos, como fiz na Escola Verde. O que me fez passar por cima de potenciais projetos que poderiam surgir a partir do uso do livro com as turmas e diminuir o número de aulas práticas.

Leis e livros

Os livros didáticos têm se adequado às mudanças de leis sobre o ensino de Arte no Brasil, em especial, naquilo que tange às propostas da BNCC e da Lei 13.278/2016. Essa lei altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte, discriminando as Artes Visuais, Dança, Música e Teatro como linguagens que constituirão o componente curricular Arte, obrigatório na educação básica. Para tanto, as escolas procuram reformular seus currículos e as editoras, os livros didáticos, contemplando conteúdos dessas várias linguagens. A Arte na BNCC^{IV} é colocada como um componente curricular da área de Linguagens, junto com Língua Portuguesa, Educação Física e, no Ensino Fundamental- anos finais, Língua Inglesa e Artes Visuais, Dança, Música



e Teatro como unidades temáticas. Esta organização, pode oferecer margem para interpretações equivocadas, como a polivalência no ensino de arte, apesar de ter trechos em que ela cita a necessidade de um professor formado na área específica de cada linguagem artística. Acredito que Teatro, Música, Dança e Artes Visuais deveriam estar no documento como componentes curriculares da área de Linguagens ou de Arte, como uma área de conhecimento à parte. A BNCC é aberta demais, o que gera interpretações contraditórias. Em seu texto, ao destacar a importância de o ensino de arte ocorrer de forma descompartmentada, através de diálogos entre suas linguagens, e, ao mesmo tempo, colocar conteúdos muito específicos das mesmas como habilidades a serem ensinadas dentro das unidades temáticas, há neste ponto uma distorção: são conteúdos tão específicos que colocam em questionamento a interação entre áreas e que só são possíveis de serem trabalhados por um profissional formado em curso específico de Artes Visuais, Dança, Música ou Teatro. Essas habilidades estão relacionadas principalmente aos objetos de conhecimento “Elementos da linguagem”, “Materialidade” e “Processos de criação” de cada unidade temática. Com isso, algumas escolas afirmam que o professor de Arte, não importando sua formação, tem de lecionar todas linguagens artísticas, reforçando isso junto ao livro didático que apresenta todas elas e sobre o qual é cobrado que seu conteúdo seja totalmente cumprido até o final do ano letivo.

Considerações finais

Nas duas escolas o que acontecia era que eu detinha as imagens e os alunos só as acessavam novamente caso pesquisassem na internet. Nesse sentido, o livro didático foi um auxílio. Ele não possuía todas as obras de arte, claro, mas algumas e destaco o fato dos estudantes poderem acessá-las novamente fora da escola, quando levavam o livro para casa. Percebi que o livro didático não é um vilão, e sim a forma como seu uso é cobrado pela escola, cerceando a liberdade dos professores na atuação do ensino de Arte, como no caso relatado. Ele não é algo totalmente necessário para o ensino de Arte, mas configura uma ferramenta de apoio aos estudos, pesquisas e planejamentos, tanto para professores, quanto para os alunos. Mais que um objeto de ensino, o livro



didático, que se mostrou a princípio uma ferramenta de engessamento do meu planejamento para o componente curricular, foi também ferramenta de reafirmação dos pormenores do ensino da Arte no Brasil. Ao trazer em seu corpo, nas “propostas pedagógicas”, “apresentações” e “manual do professor”, a história da longa caminhada do ensino da Arte e suas mudanças em nosso país, o que me fez lembrar de tudo que estudei na Licenciatura em Artes Visuais e serviu como mais uma prova do que defendo: a atuação do professor de Arte de acordo sua formação. Como, por exemplo, no livro do 8º ano, que tinha uma partitura musical e o seguinte texto nas orientações: “Aprender a ler uma partitura é algo complexo, que exige vários anos de estudos, em uma escola voltada para o ensino de música. No âmbito do Ensino Fundamental, é suficiente apresentar aos alunos a função desse tipo de registro” (KALIL,2018). Que era exatamente o que eu queria que a escola entendesse naquele ano de 2017, quando foi introduzida Música no planejamento.

E também ficar atenta ao quanto cada vírgula que se mexe e cada palavra modificada nas leis e documentos da Educação, pensando ser um sinônimo (sem analisar o real significado para a área de Arte, neste caso), abre frestas em tudo que já foi conquistado e margem para pensarem poder fazer o que quiserem com o componente curricular Arte e seus docentes. E perceber ainda que a interpretação equivocada do professor como polivalente, pode contribuir como argumento para as instituições de ensino evitarem gastos com a contratação de outros profissionais.

Ao rever minha trajetória na Educação, me permiti essa autorreflexão e auto interpretação crítica do meu processo de formação como professora/artista, o qual continua permanentemente em aberto. Caminhei e pretendo continuar caminhando nessa pesquisa autobiográfica, juntamente com os cursos de formação continuada, como a Especialização em Ensino de Artes Visuais da UFJF, a qual foi o estopim, que despertou meu senso crítico sobre a minha prática docente, minhas inquietações sobre o cotidiano das escolas e trouxe também novas ideias, novos modos de transver^v - como diria o poeta Manuel de Barros - o ensino da Arte.



BIBLIOGRAFIA

ALAMBERT, Francisco. Para uma história (social) da Arte brasileira. In: BARCINSCK, Fabiana Werneck (org.). Sobre a arte brasileira: da Pré-história aos anos 1960. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda, 2015.

BARROS, Manoel de. Livro sobre nada. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Proposta preliminar. 2a versão revisada. Brasília: MEC, abril de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei Nº 13.278, de 2 de maio de 2016. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998

BRASIL. Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2017.

FARTHING, Stephen, 1950-Tudo sobre arte / Stephen Farthing [tradução de Paulo Polzonoff Jr. et al.]. - Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

FERRARI, Solange dos Santos Utuari. Por toda parte, 9* ano / Solange dos Santos Utuari Ferrari... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: FTD, 2015.

Grande Dicionário Houaiss. Versão online.

KALIL, Emanuella. Arte: 8*ano / Emanuella Kalil, Franco Caldas Fuchs; ilustrações Jack Art, Mateus Lins, Shutterstock. - Curitiba: Positivo, 2018. v.1: il.

MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa. Travessia para fluxos desejantes do professor-propositor. In: OLIVEIRA, Maria Oliveira de (org.). Arte, educação e cultura. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2007.



MEIRA, Beá. et al. Projeto Mosaico: Arte. Ensino Fundamental. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Currículo Básico Comum. Artes Educação Básica - Ensino Fundamental. Belo Horizonte, 2005.

MINI-CURRÍCULO

Ana Luiza Marques Vasconcelos Vieira é bacharela em Artes Visuais com habilitação em Gravura (2014), pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais e Licenciada em Artes Visuais (2015) pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em ensino de Artes Visuais (2019) pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atua como professora de Arte da rede pública e como artista visual.

ⁱArtigo apresentado como requisito parcial para aprovação no Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Oliveira Caetano

ⁱⁱ Verbete do dicionário online Houaiss. Disponível em:

<<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#6>>. Acesso em 20/04/2019.

ⁱⁱⁱO uso do nome real foi autorizado pela professora.

^{iv} Foi analisada neste artigo a versão final da BNCC – Educação Infantil e Ensino Fundamental, com especificidade para os Anos Finais do EF.

^v “O olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê. É preciso transver o mundo” (BARROS, 1998)